

Imprimindo...



O endereço da notícia

Carlos Alberto dos Santos Dutra

Mato Grosso do Sul, Quarta-Feira, 18 de Julho de 2007.

Calendária rogai por nós

Madrugada de 23 de julho de 1993. Numa fria noite de inverno, sorrateira a morte espreita em pleno centro do Rio de Janeiro. Perto da Igreja da Candelária, deitados sob uma marquise, meninas e meninos de rua dormem amontoados, disputando escassas folhas de jornais para encobrir o calor de seus corpos, numa solidariedade de contrastes entre a abundância e o luxo a sua volta.

Na zona sul desta mesma cidade maravilhosa, no bairro Ipanema, um jovem advogado, formado pela universidade federal daquele Estado, especializa-se em júris populares. Nesta noite, confortavelmente ele dorme com a esposa e filhos. Num outro extremo da cidade, um policial militar, em companhia de outros dois colegas de farda, iniciam sua ronda pela cidade. Três vidas, três destinos que irão se cruzar.

A noite é cortada pelo som de dezenas de disparos. Pelo menos quatro homens atiram contra aqueles corpos inocentes e indefesos. Pânico e gritos. Os sobreviventes fogem assustados. Cinco menores morrem no local. Outro morre no hospital, dias depois. Os chacinadores não se dão por contentes. Capturam em outra rua mais dois meninos e um mendigo. Os menores são assassinados friamente nas proximidades do Museu de Arte Moderna. O mendigo --Wagner dos Santos-- sobrevive aos tiros e torna-se a principal testemunha do massacre. Dias mais tarde, tem de deixar o país e ir para a Suíça, para preservar a vida ameaçada de morte pelos próprios policiais.

Preso, julgado e condenado a 261 anos de prisão, um dos responsáveis pelo crime, o PM Nelson Oliveira Santos Cunha, poucos meses depois, vai a novo julgamento e, surpreendentemente, é absolvido. O advogado que conseguiu esta façanha, Dr. Maurício Neville, comemorou a absolvição de seu cliente com uma exclamação que virou moda no Brasil em 1997. Gritou em público: --Ah! Eu tô maluco! Contratado após ter realizado a façanha de reduzir em 220 anos a pena de outro policial envolvido neste mesmo processo, o advogado proibiu seu cliente de responder ao interrogatório do juiz: --Ele podia falar alguma besteira, justificou.

Quando o juiz Dr. José Geraldo Antônio perguntava alguma coisa, o réu, que era evangélico, citava aleatoriamente passagens da Bíblia como resposta. Espalhafatoso e cênico, o advogado fazia caretas e dava pulos no plenário, registrou a Imprensa na época (FSP, 20.06.97). E acabou por convencer os jurados de que as meninas e meninos de rua que dormiam ao relento naquela

noite não eram santinhos. Diabólico em sua locução desafiava os jurados, perguntando: --Quem nunca foi assaltado por um menino de rua? E os aterrorizava: --Eles usam cacos de vidro para assaltar! O que aqueles PMs fizeram foi um serviço à sociedade, faltou dizer.

Aos olhos dos sete jurados, a maioria deles funcionários públicos que, para cada dia de julgamento, tiveram direito a três dias de folga no trabalho, a chamada Justiça foi feita. Para o secretário Nacional dos Direitos Humanos, à época, o pêndulo da Justiça do Rio de Janeiro está desregulado. A sociedade, na ocasião, ficou perplexa com a realização de dois julgamentos tão próximos e de resultados tão radicalmente opostos, o que semeou descrença na Justiça. A Promotoria chegou a anunciar que iria recorrer, pois a decisão do Júri foi contrária às provas dos autos. O recurso seria analisado pelos desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro antes de progredir. Caso fosse aceito, haveria um terceiro julgamento.

A absolvição dos policiais só não pareceu surpreender ao réu que dizia: --Quem adora Jesus não se surpreende com a justiça dos homens!

Tremendo de medo e ofegante, o mendigo, de súbito, desperta de seu pesadelo. Como que buscando guarida para o corpo esquelético e ferido, volta os olhos para o cidadão que passa, em busca de abrigo para sua dor. --Temos urgência em encontrar esses irmãos desvalidos, e promovê-los em sua dignidade, e não arrastá-los às barras dos tribunais; pois do contrário, teremos que nos defrontar com eles, como nossos juizes... mais cedo ou mais tarde.

** Texto publicado em O Mendigo das Estrelas, Textos brasilandenses. São Paulo: Scortecci, 2005, p. 27-30; ISBN 85-366-0245-7, FIC/MS.*

Copyright © Agora MS - Todos os direitos reservados
Agora MS - www.agorams.com.br